

CNA reclama indenizações para agricultores e populações rurais afetados pelos incêndios

15 de Julho, 2022

Face à destruição dos extensos incêndios, a CNA – Confederação Nacional da Agricultura reclama ao Governo e demais Órgãos de Soberania o rápido apuramento dos prejuízos provocados e da incapacidade temporária para produzir para que, também de forma célere, sejam definidas medidas de apoio.

De acordo com dados do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), desde o início deste ano arderam 38.591 hectares, o que supera já, em mais de 10 mil hectares, a área ardida em todo o ano de 2021.

“São necessárias indenizações para os agricultores e para as populações rurais com culturas, estruturas e habitações destruídas, apoios para reposição do potencial produtivo perdido e ajudas à alimentação dos animais, além de outras necessidades sentidas e identificadas no terreno”, apela a Confederação, num comunicado.

As políticas de prevenção de incêndios que, no entender da CNA, deveria ser uma prioridade, continuam “sem surtir os efeitos necessários” apesar de muito discutidas após os violentos incêndios de 2017.

“Se os incêndios voltaram em extensão e intensidade logo que se reuniram determinadas condições atmosféricas, importa desmontar a teoria que alguns governantes têm insinuado em praça pública – como que a sacudir a cinza do capote – segundo a qual a culpa é do clima e dos pequenos e médios proprietários florestais e das populações rurais”, lê-se no comunicado enviado pela CNA.

A Confederação lamenta que “os pequenos e médios agricultores e produtores florestais sejam vítimas de décadas de más políticas agro-rurais, ditadas pela Política Agrícola Comum (PAC) e por sucessivos Governos, que incentivando a produção dita competitiva e industrial têm expulsado as populações das suas aldeias e das suas serras, onde hoje progridem monoculturas intensivas que se estendem continuamente por centenas e centenas de quilómetros seguidos”.

Para evitar a extensão e violência dos incêndios, além do reforço dos meios de combate, são necessárias outras políticas que “promovam o ordenamento florestal e a gestão ativa da floresta multifuncional e de uso múltiplo”, que garantam “preços justos e escoamento da produção agro-florestal e a revitalização da Agricultura Familiar e do Mundo Rural”, remata a CNA.